JORNAL DAS
ALAGOAS
R$ 1,00 | Alagoas, 1º de setembro | Ano 3 | Nº 603 | 2021 | www.jornaldasalagoas.com.br

IBGE

ALAGOAS TEM 4ª MAIOR TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS E ESTÁ 4% ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

Apesar de ter reduzido o índice em relação ao trimestre anterior, Estado ainda sofre com alto índice desocupação

O Estado de Alagoas ainda é uma das unidades da federação com maior porcentagem de desempregados, conforme o levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no dia de ontem. Em comparação com o trimestre anterior, o índice reduziu 1,2%. Porém, o próprio IBGE avalia que a situação é de estabilidade em relação a taxa de desocupação. Isso mostra a dificuldade de se gerar emprego e renda em Alagoas, mesmo diante da recuperação econômica e com o país criando postos de trabalho. Quando comparado com o mesmo trimestre de 2020, o aumento da taxa é de 25%. Em números absolutos, nos três meses passados, Alagoas tinha 246 mil pessoas procurando oportunidade do mercado de trabalho. Nos primeiros três meses do ano, esse número era de 254 mil alagoanos. **Página 8**

Orçamento de 2022 prevê salário mínimo de R$ 1.169,00

A alta da inflação nos últimos meses fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da lei orçamentária de 2022, enviado, no dia de ontem, ao Congresso Nacional, prevê salário mínimo de R$ 1.169,00, R$ 22,00 mais alto que o valor de R$ 1.147,00 aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Constituição determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo. Tradicionalmente, a equipe econômica usa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano corrente para corrigir o salário mínimo do Orçamento seguinte. **Página 12**

Fachin concede prazo de 60 dias para que PF conclua inquérito contra Renan Calheiros

De acordo com informações do Portal Consultor Jurídico, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, concedeu à Polícia Federal mais um alargamento de prazo, de 60 dias, para que se realize diligências pendentes para a conclusão de dois inquéritos que apuram o suposto repasse indevido de valores aos senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho (ambos do MDB), que teriam sido decorrentes de contratações públicas. Calheiros é suspeito de crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, conforme o inquérito de número 4.832. Os pagamentos de vantagens indevidas teriam se dado em razão da construção de embarcações do Estaleiro Rio Tietê. **Página 5**

MS realiza estudo sobre Covid em Maceió

Página 4

Bolsonaro destaca importância de manifestações

Página 6

Despesas básicas das famílias sobem 33%

Página 12

OPINIÃO

ARTIGO | Alexandre Triches*

Os impactos da pandemia na previdência social

É bastante difícil fazer afirmações sobre os impactos da Covid-19 na vida das pessoas. O que dirá, então, na previdência social, que é um assunto bastante específico. Não apenas porque ainda estamos vivendo o âmago da pandemia, mas, acima de tudo, porque vive-se uma era de muitas incertezas. Isso não impede, entretanto, que algumas hipóteses possam ser alinhavadas, visando justamente construir um clima de reflexão.

É muito provável que os sistemas previdenciários serão impactados com tudo o que se está vivendo atualmente. Não apenas no Brasil como no mundo. Um primeiro provável impacto da pandemia na previdência diz respeito ao desemprego e ao trabalho informal. Com as dificuldades impostas pelas medidas de isolamento, para conter o aumento de internações em hospitais, muitas empresas encerraram as suas atividades e muitas pessoas perderam seu emprego.

Havendo desemprego e trabalho informal, o nível de proteção previdenciária invariavelmente será reduzido, pois, sem a contribuição previdenciária e esgotados os períodos em que o cidadão segue vinculado aos sistemas de previdência, não será possível o reconhecimento do direito às prestações.

Outro reflexo importante diz respeito à expectativa de vida da população brasileira. Considerando que, desde os anos quarenta, segundo o IBGE, os brasileiros têm vivido mais, fica o questionamento se poderá haver diminuição desta expectativa, nos próximos anos, em face da quantidade expressiva de óbitos ocorridos, bem como em razão dos sintomas das doenças que poderão advir após o controle da pandemia.

A idade mínima como requisito de aposentadoria no regime geral e regimes próprios de previdência social, por exemplo, está diretamente ligada a tudo isso. E o contexto da expectativa de vida/sobrevida é sempre um dado relevantíssimo nestes sistemas, não apenas no Brasil como no mundo. Deverá haver alterações nesses dados após a pandemia? Eles serão levados em consideração pelos órgãos responsáveis por formular e gerir as políticas públicas? No âmbito da previdência privada, haverá equilíbrio na gestão dos planos e uma específica preocupação com o nível de proteção das pessoas envolvidas?

Outro aspecto fundamental são as fórmulas utilizadas pela previdência e que possuem na sua estrutura a expectativa de vida/sobrevida como critério. É o caso do fator previdenciário que, mesmo após a reforma de 2019, ainda tem aplicabilidade nas regras de transição, as quais incidirão sobre os proventos de aposentadorias de milhões de pessoas nos próximos anos.

Com relação às prestações em si, cujos dados estatísticos sobre requerimentos, deferimentos e indeferimentos deverão ser apresentados pelo INSS em seus boletins e anuários, merecem as prestações de risco especial atenção. No caso, os auxílios por incapacidade temporária e permanente, o auxílio-acidente e a pensão por morte.

Os auxílios por incapacidade são devidos às pessoas que se encontram impossibilitadas de trabalhar em razão de doença, com prognóstico de recuperação (temporárias) ou não (permanentes). O auxílio-acidente é devido quando, após cessada a incapacidade total para o trabalho, em razão de doenças, ainda restem sequelas que reduzam a capacidade para a atividade habitualmente desenvolvida. E, por fim, a pensão por morte é devida aos dependentes do segurado que vier a falecer.

Os dependentes, no caso da pensão por morte, são o cônjuge, os filhos e equiparados e os irmãos até 21 anos ou, se maiores, se forem inválidos ou deficientes, além dos pais. As demais prestações não deverão sofrer impactos maiores da pandemia, tais como o auxílio-reclusão, o salário-maternidade, o salário-família, e as aposentadorias programadas.

A atenção aos benefícios de risco deve se dar não apenas em face da contaminação da Covid-19 e seus sintomas, mas também em razão das eventuais sequelas, a nível populacional, que a pandemia poderá ocasionar. Inúmeras instituições estão investigando o que está sendo denominado de síndrome pós-covid.

Entre os sintomas prolongados mais comuns estão fadiga intensa, fraqueza, dor no corpo e déficits cognitivos. Problemas emocionais e psicológicos também, os quais podem persistir por muitos anos. Quais serão os impactos destas doenças no nível de requerimentos de prestações de benefício por incapacidade e morte?

Aliás, outro provável impacto da pandemia na previdência diz respeito à gestão dos processos nos órgãos públicos e privados. Dentro de um contexto de restrição de convivência, medida imposta à população, em face do controle da contaminação, deverão os órgãos desenvolverem ferramentas digitais para a análise e a tramitação dos pedidos. A perícia indireta, já praticada em alguns órgãos, como no INSS, é um exemplo ilustrativo nesse sentido.

Por fim, cabe referir acerca do acidente de trabalho. Não há ainda dados uniformes sobre o reconhecimento do acidente de trabalho em face da pandemia. Deverá haver responsabilização dos empregadores pela contaminação dos empregados pela Covid-19? Haverá ajuizamento de ações regressivas por parte da previdência social? Quais os reflexos da pandemia no reconhecimento da natureza acidentário dos benefícios de risco?

Todas as questões retratadas no presente artigo ganham relevância quando se constata que os impactos da pandemia nunca atingem apenas as pessoas individualmente envolvidas, mas a sociedade como um todo. Por isso que a reflexão sobre este assunto é de fundamental importância por parte dos órgãos governamentais, pelos institutos voltados ao estudo do tema e pelos organismos internacionais.

Não se deve perder tempo na investigação dos reflexos da pandemia na previdência, garantindo-se, assim, a antecipação de riscos e das soluções para questões que serão enfrentadas num futuro próximo. Este artigo tem como objetivo chamar a atenção para este aspecto, em especial para que sejam incrementados os debates e estudos sobre o tema.

* É Mestre em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

EXPEDIENTE

Jorge Luiz
Diretor-Executivo

Luis Vilar
Editor-Geral

Para anunciar
(82) 98812-4111

CNPJ
33.009.776/0001-21

Endereço
Rua Engenheiro Mario de Gusmão, número 988, sala 136, Edif. Record Offices, Bairro Ponta Verde - Maceió Alagoas - CEP: 57.035-000

E-mail
contatojornaldasalagoas@gmail.com

Site
www.jornaldasalagoas.com.br

OPINIÃO

ARTIGO | Rodrigo Rios*

Estrangeiros

Andando pelas ruas de Maceió tenho visto diversos imigrantes venezuelanos mendigando nos semáforos. É uma cena triste de se ver, para quem é cônscio da potência que já foi à Venezuela e constatar a realidade atual.

Minha paróquia acolhe um desses imigrantes, uma senhora septuagenária, a qual suas aposentadorias não conseguiriam nem fazer a feira para um dia sequer aqui no Brasil. Com a moeda desvalorizada, conta que recebia do governo os alimentos e ter acesso aos remédios para sua saúde era quase como negociar no mercado negro.

Ao conversar com ela sobre a situação do seu país é pesaroso ver como em algumas décadas tudo ficou diferente. Ela já teve uma vida de grande bem-estar, mas tem muitos receios de voltar e viver sua velhice em um local que não lhe dá segurança nenhuma.

Atualmente está na casa de uma família que a acolheu com muito carinho. Mesmo com a dificuldade do idioma, a linguagem do amor tem superado as barreiras. Impressiono-me com a fé que a impulsiona para ir adiante e faz com que no meio dos sofrimentos ainda seja possível sorrir e continuar.

Penso em tudo isso e reflito sobre a vida. Em um momento tudo pode parecer tão estável, mas em outro, algumas circunstâncias podem mudar todas as coisas. O que fazer para não se desestruturar diante dessas situações? Acredito que a fé se torna assim um grande suporte, que faz olhar para a vida com esperança.

O povo de Deus sempre foi peregrino. A saída de Israel do Egito permitiu quarenta anos de reflexões e provações, antes de chegar à terra prometida. Com isto, tantos mandamentos foram elaborados para acolher os estrangeiros, pois “sempre te deves lembrar de quando fostes um caminheiro no deserto”.

Hoje tenho certeza de que nosso destino é o céu. A vida é breve e se torna uma jornada cheia de desafios. Porém, olhar para o alto significa caminhar com um rumo. Todo o experimentado vai sendo ressignificado, pois os verdadeiros valores estão no Alto. Somos todos peregrinos, somos todos estrangeiros aqui.

* É Padre e Jornalista

CENA URBANA

Itawi Albuquerque

A rede municipal de educação da capital retomou as aulas no modelo híbrido e, para receber alunos, pais, docentes e corpo técnico várias medidas foram adotadas, como a instalação de totens com álcool em gel para a higienização das mãos, um cuidado essencial nestes tempos de pandemia. O uso de máscara é obrigatório em todas as unidades, assim como o distanciamento entre as pessoas.

EM ALTA

O número de pessoas ocupadas no Brasil subiu para 87,8 milhões no segundo trimestre, um aumento de 2,5% ou mais 2,1 milhões de pessoas, na comparação com o primeiro trimestre de 2021. Dessa forma, a ocupação subiu 1,2 ponto percentual, ficando em 49,6%. Ou seja, menos da metade da população em idade para trabalhar, com 14 anos ou mais, está ocupada no país. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua e foram divulgados ontem, como mostra reportagem especial dessa edição do Jornal das Alagoas, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desemprego teve leve queda de 0,6 ponto percentual e ficou em 14,1% no segundo trimestre, com um total de 14,44 milhões de pessoas em busca de trabalho. É um sinal de que a economia se recupera apesar das medidas draconianas adotadas por alguns governantes.

EM BAIXA

O prefeito João Henrique Caldas (PSB), vem tendo extrema dificuldades com sua própria base aliada na Câmara de Maceió. Essa semana, entrou em pauta dois requerimentos para a convocação de secretários municipais a prestarem esclarecimentos na tribuna do Legislativo. Um deles foi apresentado pelo vereador João Catunda (PSD). O edil – que já fez duros discursos contra o secretário de Educação Élder Maia – agora quer levar o titular da pasta para a Câmara com o objetivo de discutir a situação das escolas para o retorno das aulas municipais. Catunda é um dos nomes da bancada governista. O outro requerimento é feito pelo opositor Joãozinho (Podemos) e tem como alvo o titular da Sedet, Pedro Vieira. Independente dos requerimentos serem de opositores ou aliados do prefeito, o fato é que todos eles contaram com as assinaturas de vereadores aliados de JHC.

MACEIÓ

PANDEMIA | Levantamentos foram realizados ontem na Ponta Verde e buscam esclarecer aspectos da doença

PrevCOV: Ministério da Saúde faz estudo sobre Covid-19 em Maceió

Redação

No dia de ontem, equipes da Pesquisa de Prevalência de Infecção por Covid-19 (PrevCOV), do Ministério da Saúde, estiveram em Maceió, mais especificamente no bairro da Ponta Verde, para a sequência de um estudo soroepidemiológico que visa esclarecer aspectos ainda não explicados sobre a doença provocada pelo coronavírus.

O estudo visa ouvir a população nos diferentes recortes geográficos do país. Segundo a diretora de Vigilância em Saúde, Fernanda Rodrigues, o objetivo é garantir informações para que "a população entenda e se sinta segura em participar efetivamente do estudo, que vai ampliar os conhecimentos sobre a doença e aprimorar as ações relacionadas ao controle e prevenção".

A PrevCOV é considerada uma das maiores pesquisas sobre Covid-19 no mundo e conta com a parceria da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

O estudo teve início em maio de 2020 e foi feito por meio de entrevistas por telefone com indivíduos selecionados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad Covid-19/IBGE.

Pesquisa quer entender se doença teve formas diferentes em cada região

Nesta etapa da pesquisa, equipes de campo farão coleta de dados e de amostras de material biológico (sangue) junto aos indivíduos selecionados, em seus domicílios.

De acordo com Neyla Menezes, apoiadora do Programa Vigiar SUS, em Alagoas, o PrevCOV é desenvolvido em Maceió e em outros sete municípios da Região Metropolitana – Barra de São Miguel, Satuba, Rio Largo, Paripueira, Pilar, Marechal Deodoro e Coqueiro Seco. Ao todo, serão visitados 1.126 domicílios na Capital, com a previsão de um total de 3.827 pessoas entrevistadas.

"Buscamos entender, entre outras coisas, como o vírus se comporta e se a doença se desenvolveu de forma diferente em cada região do país. Mas lembramos que, embora a participação no estudo seja voluntária, é uma oportunidade única de contribuir com a ciência, e os selecionados terão acesso ao resultado do exame e às conclusões da pesquisa", reforçou a apoiadora do MS.

Ela reforça ainda que a equipe de campo será facilmente reconhecida pela população, pois estará identificada com camisa e boné com a logomarca do estudo, além de crachá.

De acordo com o cronograma de atividades, a PrevCov será realizada em Alagoas até 08 de setembro. No dia de ontem, os pesquisadores estiveram em 31 domicílios no bairro de Ponta Verde.

Convocados no concurso da Semed têm 30 dias para apresentar documentos

Os novos servidores convocados na quinta-feira passada, para atuarem na Secretaria Municipal de Educação (Semed), têm 30 dias contando da data da convocação para apresentarem sua documentação a fim efetivarem a posse no cargo. Além dos documentos, também é preciso que o aprovado realize e apresente exames à junta médica e efetuem a assinatura do termo de posse no cargo.

Para dar entrada no processo, o convocado deve solicitar primeiramente um encaminhamento à junta médica do município. O procedimento pode ser feito facilmente pelo endereço de e-mail cgccp@semge.maceio.al.gov.br ou pelo telefone (82) 98752-2228.

Tendo concluído todos os encaminhamentos na junta médica, é preciso enviar o relatório de aptidão expedido pelos profissionais da junta para o mesmo e-mail, acompanhado da seguinte documentação: RG ou CNH, Comprovante de Escolaridade, Comprovante de Residência, Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição, CPF, Certidão de nascimento ou casamento, carteira de trabalho (digitalizar frente e verso dos dados cadastrais), PIS/PASEP, Certidão de nascimento e CPF do(s) filho(s), reservista, certidão civil e criminal negativa nas esferas estadual e federal, comprovante de conta bancária no Itaú.

Caso seja servidor público, o aprovado deve informar no processo e discriminar em qual esfera atua no momento. Informar os bens e rendimentos também é parte imprescindível da posse, podendo ser feito manualmente ou através da última declaração do imposto de renda. Em alguns dias, o setor responsável deve retornar o e-mail com um termo de posse e de encaminhamento para assinatura do convocado.

Para tomar posse na Semed, aprovados precisam passar pela Junta Médica

Com a posse oficializada, o servidor deve entrar em contato no prazo de 15 dias com a Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) da Semed no email nomeacao@semed.maceio.al.gov.br ou no telefone (82) 98752-9844. Seu endereço de correio eletrônico institucional também pode ser solicitado no telefone/WhatsApp (82) 3312-5080 ou no endereço atendimento@dti.maceio.al.gov.br.

ALAGOAS

JUSTIÇA | Senador alagoano é alvo de inquérito que apura repasses indevidos de valores e crimes de corrupção e lavagem de dinheiro

PF tem 60 dias para concluir investigações contra Renan Calheiros e Jader Barbalho

Redação
(Com informações do Consultor Jurídico)

De acordo com informações do Portal Consultor Jurídico, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, concedeu à Polícia Federal mais um alargamento de prazo, de 60 dias, a fim de que se realizem as diligências pendentes para a conclusão de dois inquéritos que apuram o suposto repasse indevido de valores aos senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho (ambos do MDB), que teriam sido decorrentes de contratações públicas.

Calheiros é suspeito de crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, conforme o inquérito de número 4.832. Os pagamentos de vantagens indevidas teriam se dado em razão da construção de embarcações do Estaleiro Rio Tietê.

Em outro inquérito – de número 4.833 – Renan Calheiros e Jader Barbalho são investigados pelos crimes em decorrência de supostos pagamentos a membros da cúpula do MDB do Senado no esquema de contratações fraudulentas celebradas pela Transpetro.

A Polícia Federal solicitou a dilação de prazo para a realização das diligências pendentes para a conclusão do inquérito. Em manifestação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com o pedido, por considerar que há fatos a serem elucidados e diligências indispensáveis à conclusão do inquérito.

Renan Calheiros e Jader Barbalho são investigados por terem se beneficiado de esquema de fraudes na Transpetro

Os fatos apurados nos inquéritos estão inseridos na investigação inicialmente conduzida pela PGR nos autos de um outro inquérito, o 4.215, instaurado para apurar esquema de corrupção, de caráter político, no âmbito da Transpetro, em que seriam feitos repasses de propina a diversos agentes políticos e que teriam por finalidade a manutenção de Sérgio Machado na Presidência da estatal. A PGR requereu a cisão do inquérito, com a adoção de diversas providências relacionadas a fatos não contidos na denúncia.

O relator também concedeu 60 dias para diligências requeridas pela Polícia Federal no Inquérito 4.426, instaurado pela PGR para apurar o suposto pagamento de vantagem indevida de R$ 5 milhões, pelo grupo Odebrecht, a Renan Calheiros e ao então senador Romero Jucá Filho, em 2014, em contrapartida pela sua atuação na aprovação da Medida Provisória 627/2013. Os fatos objeto do inquérito decorrem de acordo de colaboração premiada firmado entre o Ministério Público Federal (MPF) e executivos do grupo.

A norma, convertida na Lei 12.973/2014, alterou a legislação federal relativa ao Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas e a outros tributos, além de dispor sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil em relação à participação em lucros auferidos no exterior por contratadas e coligadas.

MPF busca condenação de Caixa e construtora por defeitos em residenciais

O Ministério Público Federal em Alagoas ajuizou ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal e a Sanco Engenharia Ltda. em razão de defeitos relacionados ao esgotamento sanitário do Residencial Germano Santos, no Tabuleiro dos Martins, em Maceió. Liminarmente, o MPF requereu a limpeza total das fossas e manutenção corretiva no atual sistema de saneamento, visando minimizar os graves danos causados aos moradores.

Também liminarmente, o MPF pretende que a Justiça Federal determine a reparação, em definitivo, do sistema de esgotamento sanitário, com a implantação da alternativa apontada pelo responsável técnico no Laudo de Vistoria de Danos Físicos – LVDF. Bem como, a adoção de todas as providências para a implantação e correção das falhas no projeto e execução do sistema sanitário.

Por fim, que a Caixa e a Sanco sejam condenadas a indenizar os danos materiais causados especificamente em relação à quantia investida por parte do condomínio na instalação da lixeira para resíduos comuns, secos e orgânicos, no valor de R$ 15,9 mil.

A ação, de autoria da procuradora da República Julia Vale Cadete, é resultado da apuração realizada no âmbito do inquérito civil nº 1.11.000.000701/2015-02, instaurado a partir de representação de moradores que noticiaram problemas na infraestrutura do empreendimento.

O condomínio foi construído com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), tendo como agente executor a Caixa Econômica, e como construtora a Sanco Engenharia.

A atuação do MPF evidenciou, por meio do inquérito civil, omissão por parte da Caixa e da construtora, prejudicando a finalidade do programa federal de moradia digna à população.

OUTROS PEDIDOS

Na mesma ação, o MPF busca que a Justiça Federal determine à Caixa e à construtora a indenizarem os danos materiais e morais causados aos mutuários que adquiriram unidades habitacionais no Residencial Germano Santos, em razão do erro no projeto do sistema de esgotamento sanitário e convocando os mutuários atingidos a se manifestarem, bem como os danos morais coletivos.

Para a procuradora da República Julia Cadete, os réus devem ser condenados a "indenizar os mutuários/moradores desses imóveis pelos danos materiais e morais por terem ao longo desses anos, aguardando a resolução do problema, suportando todos os ônus decorrentes da execução da solução equivocada para o sistema de esgotamento sanitário, o que ocasionou transbordamentos das fossas e dos sumidouros, o convívio com fortes e desagradáveis odores, bem como o adoecimento".

BRASIL/MUNDO

MANIFESTAÇÕES | Presidente da República diz que ainda não bateu o martelo sobre sua candidatura em 2022

Povo terá 'oportunidade mais importante' no dia 7, afirma Jair Bolsonaro em MG

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, no dia de ontem, em pronunciamento feito na cerimônia de inauguração do complexo de captação e tratamento de água em Uberlândia (MG), que o povo brasileiro terá a oportunidade mais importante de sua história no dia 7 de setembro, para quando estão previstas manifestações de apoio ao governo. "Nunca uma outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será tão importante quanto esse nosso próximo 7 de setembro", disse sem entrar em mais detalhes sobre o que queria dizer com a declaração.

GZH Política

O envolvimento de agentes das forças de segurança, principalmente das Polícias Militares, tem despertado preocupação de diversos atores políticos em relação a uma tentativa de ruptura institucional. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), descartou a possibilidade de investida golpista na data.

Bolsonaro atribui alta do preço dos combustível, entre outros fatores, à venda de uma refinaria da Petrobras à Bolivia feita no governo Lula

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afastou o coronel da PM do estado Aleksander Lacerda, que convocou colegas de corporação para os atos bolsonaristas por meio das redes sociais e fez ataques aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), desafetos do presidente. Policiais militares da ativa são proibidos por lei de se envolverem em atividades político-eleitorais.

Como de costume, Bolsonaro deixou em aberto a possibilidade de não disputar a reeleição em 2022. "No momento, não sou candidato a nada, deixo bem claro. Não posso falar em política para o futuro, porque não sei como chegarei até lá", disse.

LULA E COMBUSTÍVEIS

O presidente também retomou o assunto do aumento dos preços dos combustíveis e culpou governos anteriores pelos valores elevados do produto nos postos. Na avaliação dele, a expropriação de refinaria da Petrobras na Bolívia, em 2006, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Um dos últimos presidentes nossos entregou uma refinaria nossa ao governo boliviano", disse Bolsonaro. Na fala, ele se referiu a um presidente de "nove dedos".

"Quando se fala do preço da gasolina, que está alto na ponta da bomba, vale lembrar que somente em três refinarias não construídas, duas no Nordeste e uma no Sudeste, bem como outras sucatas compradas onde não destilaram um só barril de petróleo, deixou para vocês uma dívida de R$ 230 bilhões. O preço hoje está alto também em função disso".

Antes de finalizar, Bolsonaro afirmou que seu governo deixará o país em melhores condições daquela em que se encontrava em janeiro de 2019, quando iniciou seu mandato.

Transferência de veículos poderá ser feita por aplicativo

Luciano Nascimento
Agência Brasil

A Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo (ATPV) poderá ser feita por meio do aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT), que guarda no celular os dados da carteira de motorista e do documento do veículo que esteja no nome do condutor.

A nova modalidade, lançada ontem pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), poderá ser feita a partir de uma conta gov.br, a plataforma de serviços digitais do governo federal.

A ATPV é a versão digital do antigo Documento Único de Transferência (DUT). Segundo o Ministério da Infraestrutura, ao qual o Denatran é subordinado, até o momento a transferência eletrônica só está disponível para veículos que possuam documentos emitidos a partir de 1º de janeiro de 2021.

A operação usa a chamada assinatura eletrônica avançada, que dispensa o reconhecimento de firma em cartório, uma vez que o documento do veículo já está armazenado digitalmente no aplicativo da CDT.

Nessa primeira versão da assinatura eletrônica na CDT, será possível apenas realizar a venda de veículos por pessoas físicas para estabelecimentos comerciais integrados ao Registro Nacional de Veículos em Estoque (Renave).

"Por enquanto, a assinatura eletrônica da ATPV-e somente é possível se o Detran de jurisdição do veículo também estiver aderido ao sistema Renave, que integra os sistemas dos estabelecimentos às bases de dados do Denatran e da Receita Federal. Por enquanto, fazem parte do Renave os Detrans de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso", informou o ministério.

De acordo com o ministério, essa nova modalidade elimina a necessidade de despachantes, cartórios e outros intermediários, uma vez que o sistema vai possibilitar a transferência eletrônica de propriedade, com escrituração eletrônica de entrada e saída de veículos do estoque das concessionárias e revendedoras.

Na prática, assim que o estabelecimento avisar, pelo Renave, que a pessoa deseja transferir o veículo, o proprietário recebe um comunicado, na central de mensagens do aplicativo CDT, para fazer a assinatura digital no documento.

A autenticação da assinatura será feita por meio do login na conta gov.br, onde será verificada a identidade digital do proprietário. Os tipos de conta do gov.br permitidos para utilização da assinatura eletrônica avançada são os tipos Prata e Ouro.

O sistema também vai checar nas bases de dados do governo se existe algum impedimento para a transação. No caso de o veículo ser entregue para estabelecimento integrado ao Renave não será mais necessário realizar a comunicação de venda. Isto porque, uma vez que após o registro da entrada do veículo no estoque do estabelecimento comercial, todas as infrações de trânsito, a partir daquele momento, já serão autuadas sob a responsabilidade da loja que adquiriu o veículo.

ECONOMIA

TESOURO NACIONAL | Dívida bruta caiu 5,3 pontos percentuais entre os meses de fevereiro e junho deste ano

Déficit do ano seria próximo de zero sem gastos com pandemia de covid-19

Sem os gastos extras com o enfrentamento à pandemia de covid-19, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) teria déficit primário de apenas R$ 3 bilhões nos sete primeiros meses do ano, destacou o secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. O secretário apresentou a estimativa ao explicar o resultado negativo de R$ 73,432 bilhões registrado de janeiro a julho deste ano.

Wellton Máximo
Agência Brasil

Na avaliação do secretário, o Brasil apresenta melhora fiscal efetiva e registra avanços, que podem ser expressos na queda do déficit primário e da dívida pública bruta neste ano. Em julho, o déficit primário – resultado negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública – somou R$ 19,829 bilhões, contra déficit de R$ 87,886 bilhões no mesmo mês do ano passado.

Em relação à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), o Tesouro destacou, no sumário de divulgação dos dados, que o indicador caiu 5,3 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) de fevereiro a junho deste ano, após ter subido 15 pontos percentuais do PIB entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2021. Segundo o órgão, as estimativas para o ano que vem estão otimistas.

Brasil apresenta melhora fiscal efetiva e registra avanços na economia

"Além disso, as projeções mostram que em 2022 a dívida estará poucos pontos percentuais acima do que se previa para este ano, antes da pandemia", destacou o texto. Neste ano, o endividamento do governo em relação ao PIB cai, em parte, por causa da melhora das contas públicas provocada pela queda dos gastos com o enfrentamento à pandemia e pela alta na arrecadação relacionada com a recuperação econômica. Outra parte da queda decorre da inflação, que aumenta o PIB nominal e eleva o denominador da relação dívida/PIB, encolhendo o valor da fração.

Na avaliação do Tesouro, o aumento de gastos durante a pandemia representou uma medida de curto prazo, que não compromete a sustentabilidade de médio prazo da dívida pública brasileira. "Percebe-se, com isso, que o País dispõe de capacidade de gerar melhores resultados fiscais se comparado com o período anterior à pandemia e, seguindo neste caminho, as projeções ainda devem continuar melhorando", informou o sumário.

Por fim, o Tesouro pediu a manutenção das normas fiscais atuais – ancoradas em meta de resultado primário, teto de gastos e regra de ouro – para manter a responsabilidade fiscal no país. "É preciso lembrar que essa melhoria veio do respeito a um conjunto de regras fiscais, e a manutenção desse compromisso é que fará as expectativas se realizarem em todo o seu potencial", argumentou o órgão.

A manutenção e o cumprimento das regras fiscais poderão fazer o endividamento público continuar a cair nos próximos anos, por meio de juros de longo prazo mais baixos que reduzem o custo de renovação da dívida do governo. "Na medida em que o cenário para indicadores fiscais seja mais bem percebido, deverá se refletir em menores custos de rolagem da dívida, que por sua vez podem gerar efeitos ainda mais positivos sobre o próprio quadro prospectivo fiscal e econômico", concluiu o sumário do Tesouro.

Índice de Confiança Empresarial sobe 0,5 ponto em agosto, diz FGV

Cristina Indio do Brasil
Agência Brasil

Com a quinta alta consecutiva, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre) avançou 0,5 ponto em agosto e atingiu 102,4 pontos. É o maior nível desde junho de 2013. O indicador consolida os índices de confiança dos quatro setores cobertos pelas Sondagens Empresariais produzidas pela FGV IBRE: Indústria, Serviços, Comércio e Construção. O índice varia de zero a 200 pontos e, acima de 100, indica confiança.

Já o Índice de Expectativas (IE-E), em um movimento de acomodação, caiu 0,2 ponto, chegando a 103,7 pontos, após subir nos quatro meses anteriores. O Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) manteve a tendência de alta pelo quinto mês consecutivo e cresceu 0,8 ponto alcançando 100,5 pontos. De acordo com o Ibre, apesar de desacelerar o ritmo de alta na ponta, pela primeira vez desde outubro de 2013, o ISA-E atingiu a marca dos 100 pontos, que é o patamar de neutralidade. Naquele momento registrou 100,9 pontos.

Os setores de Serviços e de Construção registraram alta da confiança em agosto, mas o da Indústria e do Comércio foram em sentido oposto. Conforme o ICE, em agosto, os movimentos da confiança foram determinados em todos os setores, principalmente pelas oscilações dos índices que refletem a percepção sobre o momento atual. As expectativas em relação aos próximos meses pioraram na Indústria e na Construção e mantiveram tendência de alta no Comércio e nos Serviços.

Para o Superintendente de Estatísticas do FGV/Ibre, Aloisio Campelo Jr., o resultado de agosto sugere que a atividade econômica mantém-se em aceleração no terceiro trimestre, ainda que a desagregação dos dados revele sinais de enfraquecimento da tendência na ponta.

"As expectativas continuam otimistas, mas pioraram ligeiramente no mês. A combinação de resultados setoriais também parece sugerir uma tendência de acomodação do indicador. Houve recuo da confiança nos setores em que ela girava acima dos 100 pontos e alta nos setores em que a ela estava abaixo deste patamar", observou.

O resultado de agosto mostrou ainda que a confiança empresarial subiu em 53% dos 49 segmentos integrantes do ICE. Isso representa um recuo da disseminação na comparação com os 73% do mês anterior. "A queda também foi disseminada por todos os setores, com destaque negativo para a Indústria, que registra alta da confiança em menos de 40% dos segmentos", apontou o Ibre.

GERAL

DESOCUPAÇÃO | Apesar da redução de 1,2% em relação ao trimestre passado, Estado ainda está acima da média nacional: 14,4%

Desemprego em Alagoas atinge 18,8% da população, conforme levantamento

Redação
(Com informações do IBGE)

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada no dia de ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Estado de Alagoas se encontra acima da média nacional quando o assunto é desemprego. Em todo o país houve uma melhora e um recuo na taxa de desocupação, inclusive em Alagoas. No trimestre passado (janeiro, fevereiro e março), 20% dos alagoanos estavam desempregados. Agora, o trimestre fechado em junho aponta uma redução para 18,8%. Ainda assim, está mais de quatro pontos percentuais acima da média nacional, que é de 14,1%. O levantamento do IBGE informa ainda que a redução do desemprego no país foi puxada pelas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Como a oscilação nas demais regiões foram muito baixas, é considerado praticamente um cenário estável.

No Sudeste, a taxa de desocupação ficou em 14,5%, enquanto no Centro-Oeste, o indicador caiu para 11,6%. "No Centro-Oeste, a queda da taxa de desocupação se deve à retração de 6,7% no número de pessoas procurando trabalho na região. Já no Sudeste essa queda foi principalmente impulsionada pelo aumento expressivo da população ocupada, ou seja, há um quantitativo maior de pessoas trabalhando do que havia no trimestre anterior", explica a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

Em São Paulo, a população ocupada aumentou em cerca de 478 mil pessoas. Com isso, o nível de ocupação do estado chegou a 52,7%, o maior desde o início da pandemia, que foi registrado no primeiro trimestre do ano passado (58,0%). No Rio de Janeiro, a taxa de desocupação caiu 1,5 ponto percentual em relação ao primeiro trimestre e chegou a 18,0%. A população ocupada do estado cresceu 7,2% nesse período.

MAIS DESOCUPADOS

Por outro lado, dos dez estados com maior taxa de desocupação no país, nove são do Norte ou do Nordeste, incluindo Alagoas. Em Pernambuco, o indicador cresceu 6,5 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, chegando a 21,6%, recorde na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, e a maior taxa entre as unidades da Federação. Já frente ao primeiro trimestre deste ano, a taxa de desocupação e o número de ocupados e desocupados ficaram estáveis.

Dos 3,2 milhões de pessoas ocupadas no estado, 33,9% trabalham por conta própria. Além disso, a taxa de informalidade chegou a 51,4% no segundo semestre e quase metade da população do estado em idade de trabalhar (47,6%) está fora da força de trabalho. São 3,7 milhões de pessoas acima de 14 anos que não estão ocupadas nem procurando emprego.

No Norte e Nordeste a taxa de desocupação e informalidade alta é histórica

A taxa de informalidade do Norte (56,4%) e do Nordeste (53,9%) também ficou acima da média nacional, que foi de 40,6%. Beringuy explica que o mercado de trabalho das duas regiões é marcado pelo grande percentual de trabalhadores informais, que são a soma dos trabalhadores sem carteira (incluídos os trabalhadores domésticos), trabalhadores por conta própria, empregadores sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares.

"Os estados das regiões Norte e Nordeste têm, historicamente, as maiores taxas de desocupação, de informalidade e de subutilização da força de trabalho. Ainda que eventualmente haja quedas nessas taxas, ou seja, uma melhoria nos números, eles partem de estimativas muito altas, fazendo com que essas regiões permaneçam com indicadores de mercado de trabalho mais desfavoráveis", diz.

A população ocupada do país chegou a 87,8 milhões de pessoas no segundo trimestre e era composta por 65,1% de empregados, 4,3% de empregadores, 28,3% de pessoas que trabalharam por conta própria e 2,3% de trabalhadores familiares auxiliares. No Norte (34,3%) e no Nordeste (32,2%), o percentual de trabalhadores por conta própria foi superior ao das demais regiões. As duas regiões também tinham percentual menor de empregados do setor privado com carteira assinada em relação à média nacional (75,1%). No Norte, foi de 60,1% e no Nordeste, 58,4%.

"Todas as grandes regiões tiveram uma tendência de crescimento da informalidade no segundo trimestre. Quando observamos por grupamento de atividade, há expansão na ocupação na construção, por exemplo, em que há participação grande de trabalhadores informais, assim como nos serviços domésticos, em que a maior parte dos trabalhadores não tem carteira assinada", destaca Beringuy.

No Norte, a maior expansão da ocupação, em termos percentuais, ocorreu na atividade de Outros Serviços (12,2%), que engloba, entre outros, as atividades de profissionais como cabeleireiros e esteticistas. Já no Nordeste, os maiores crescimentos em ocupação vieram de Alojamento e alimentação (16,3%) e Agricultura (6,2%). No Sudeste, houve expansão de 5,4% na atividade de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

BRASIL

A taxa de desocupação recuou para 14,1% no segundo trimestre deste ano, uma redução de 0,6 pontos percentuais em relação ao primeiro trimestre. Apesar da diminuição na taxa, o país ainda soma 14,4 milhões de pessoas na fila em busca de um trabalho.

Esse recuo na taxa foi influenciado pelo aumento no número de pessoas ocupadas (87,8 milhões), que avançou 2,5%, com mais 2,1 milhões no período. Com isso, o nível de ocupação subiu 1,2 ponto percentual para 49,6%, o que indica, contudo, que menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país.

"O crescimento da ocupação ocorreu em várias formas de trabalho. Até então vínhamos observando aumentos no trabalho por conta própria e no emprego sem carteira assinada, mas pouca movimentação do emprego com carteira. No segundo trimestre, porém, houve um movimento positivo, com crescimento de 618 mil pessoas a mais no contingente de empregados com carteira", explica a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

ESPORTES

FUTEBOL ALAGOANO | Mozart comandou o clube em 45 jogos e obteve 20 vitórias; ele substitui Ney Franco que deixou o Azulão recentemente

Diretoria do CSA anuncia o retorno de Mozart Santos ao posto de técnico

João Carlos Viana
Minuto Esportes

O CSA agiu rápido e já anunciou seu novo treinador. Na verdade, o time marujo promoveu o retorno do já conhecido Mozart Santos, que deixou o clube no primeiro semestre deste ano.

Mozart comandou o clube em 45 jogos, obtendo 20 vitórias, 8 derrotas e 17 empates. Ele chegou ao clube em 2020, na Série B, quase conquistando o acesso para a Série A, terminando a competição na quinta colocação.

Boa parte do atual elenco, por sinal, foi montado por Mozart Santos, que deixou o clube para comandar a Chapecoense, durando pouco tempo. Depois, foi comandar o Cruzeiro e também foi demitido.

A expectativa é de que o novo comandante técnico já assuma o clube, no próximo jogo, contra o Vila Nova, sexta-feira, às 21h30, no Rei Pelé.

MUDANÇA

Mozart assume no lugar de Ney Franco, que deixou o time recentemente. Depois da segunda derrota consecutiva no Brasileiro da Série B, a diretoria anunciou através de nota oficial, que em comum acordo, o profissional deixou o clube na segunda-feira passada.

No comando técnico, Ney Franco comandou a equipe em 12 jogos na Série B, somando 5 vitórias, 5 derrotas e 2 empates. Quando assumiu o clube, a equipe azulina estava na 14ª colocação da competição nacional e deixou o clube na 11ª posição.

Reprodução/Ascom CSA

Mozart tem a importante e difícil missão de afastar o time azulino da zona de rebaixamento

Manchester United conclui contratação de Cristiano Ronaldo

Peter Hall
Reuters

O Manchester United concluiu a contratação de Cristiano Ronaldo da Juventus com um acordo de dois anos, confirmou o time inglês e o atacante português volta ao clube com o qual conquistou oito grandes troféus entre 2003 e 2009.

O United anunciou que firmou um acordo com a Juventus para levar o jogador de 36 anos de volta a Manchester na semana passada, e a transferência foi finalizada depois que Ronaldo passou por um exame médico, obteve um visto de trabalho e combinou os termos pessoais do acordo.

A taxa de transferência acertada foi de 15 milhões de euros (o equivalente a R$ 91,4 milhões), mais oito milhões de euros (R$ 48,7 milhões) de acréscimos relacionados ao desempenho.

"O Manchester United é um clube que sempre teve um lugar especial no meu coração, e fiquei impressionado com todas as mensagens que recebi desde o anúncio na sexta-feira", disse Ronaldo em um comunicado. "Mal posso esperar para jogar em Old Trafford diante de um estádio cheio e rever todos os torcedores."

Ronaldo deve se encontrar com o elenco após o intervalo do campeonato local para as partidas de seleções e pode reestrear no dia 11 de setembro, quando o time recebe o Newcastle United, se voltar ileso de seus compromissos com Portugal.

Ronaldo foi contratado pela Juventus do Real Madrid em 2018 por 100 milhões de euros (R$ 609 milhões) na esperança de que ajudasse o time italiano a conquistar seu primeiro título da Liga dos Campeões desde 1996.

Embora a meta não tenha sido atingida, Ronaldo sai de Turim com 101 gols, dois troféus da liga nacional e um da Copa Itália.

Contrato do atacante Cristiano Ronaldo foi amplamente comemorado pelo Manchester United

JORNAL DAS ALAGOAS

CULTURA

PATRIMÔNIOS VIVOS DE ALAGOAS | Coruripe é a terra natal de importantes personagens da cultura alagoana

No mês do folclore, conheça a história de dona Maria Padeiro e dona Traíra

Salmom Lucas
Secom Coruripe

Dona Maria Padeiro é oficialmente, desde 2006, Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas. E em Barreiras (Coruripe), ela reina. Chegar em sua casa é fácil, todos a conhecem e sabem ensinar onde a veterana mora. E um dos principais motivos da fama é a sua importante contribuição à cultura do município, há mais de 50 anos. O sobrenome artístico de Maria José dos Santos é por causa do seu falecido marido, que era padeiro. Mas ela é conhecida mesmo pelo grupo Baianas Praieiras, que fundou e lidera, desde a década de 60. O grupo é formado por dançadoras que, com vestes convencionais de baianas, dançam e fazem evoluções ao som de instrumentos de percussão. Em tempos normais, antes da pandemia, as apresentações aconteciam durante todo o ano, porém o folguedo tem uma representatividade folclórica mais atuante no mês de janeiro, especificamente no dia 20, data da festa de São Sebastião, padroeiro de Barreiras.

Dona Maria Padeiro começou a dançar baianas por volta dos seus 20 anos e, também, outros ritmos, como pastoril e caboclinha. Seu pai dançava coco de roda e foi ele que a incentivou nas danças. Aos 75 anos, é a mais velha do grupo atualmente, que se renova ao longo dos anos. "Morreu uma parte das meninas que dançavam e aí tem que chegar gente nova", explica.

O Baianas Praieiras é constituído por 12 integrantes, sendo 10 dançadoras e dois tocadores. Segundo sua fundadora, não tem restrição de idade e a mais nova tem "entre 25 e 28 anos, por aí". Uma das integrantes é a sua filha, Betânia dos Santos, que ajuda a mãe na coordenação do grupo.

Betânia herdou o gene da cultura do avô, da mãe e passou adiante para a filha, também engajada e comprometida com as tradições de Coruripe. Além do Baianas, ela comanda uma quadrilha junina chamada Os Pestinhas, que já existe há 26 anos. Formou ainda o grupo de xaxado Asa Branca, criado em 2006.

"Gosto de trabalhar com cultura. Está no sangue, né? E não é por dinheiro, pois não recebo nada por isso. Faço por livre e espontânea vontade e muitas vezes gasto até do meu bolso pela vontade de ver a quadrilha junina se apresentado, o xaxado... Em época de São João mesmo, que é a minha preferida, enfeito a casa, faço fogueira, danço pela casa. Faço questão de manter as tradições e de ajudar a manter a cultura do meu município viva", afirmou.

Sua filha Juliana dos Santos, neta de dona Maria Padeiro, segue os mesmos passos e montou o grupo Baianas Mirins. Professora de educação física da rede municipal de ensino, começou a desenvolver um projeto de dança com as crianças.

Assim como o grupo original, o Baianas Mirins também tem 12 integrantes e já se apresentou nas escolas do município, praças e demais eventos que aparecem. "É a nossa família dando continuidade e renovando as tradições. E isso, para mim, é motivo de muito orgulho", refletiu Betânia.

FAMÍLIA MANÉ DO ROSÁRIO

No Poxim, coordenando o grupo Mané do Rosário, está a Dona Traíra, outro Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas e que, na verdade, atende pelo nome de Maria Benedita dos Santos. Aos 66 anos, ela dança desde criança e a tradição foi repassada pela avó dona Josefa e seus pais, que também dançavam o folguedo.

O Mané do Rosário é um tipo de folguedo constituído por mulheres e homens mascarados que dançam, pulam e requebram ao som da Banda de Pífanos. Diz a lenda, nas palavras de dona Traíra, que na época da Festa de São José, que acontecia durante nove noites, aparecia uma pessoa misteriosa que dançava compulsivamente. Quando a festa do padroeiro chegava ao fim, a figura simplesmente sumia sem deixar rastro.

"Uma vez perguntaram qual era o nome dele e ele respondeu 'Mané'. Aí, na mesma hora, alguém falou "do Rosário" e assim ficou", explica ela.

Atualmente o grupo conta com 30 integrantes. A mais velha é a dona Traíra e a mais nova, tem apenas 10 anos. Mas um detalhe que chama a atenção: são todos seus filhos, netos e bisnetos que integram o Mané do Rosário e mantêm vivo o folguedo secular.

"O Mané significa a melhor coisa da minha vida. É uma tradição que veio da bisavó da minha bisavó, que foram passando de geração para geração até chegar em mim e eu hoje, passo adiante. Sinto uma coisa boa porque é da família, uma riqueza que Deus me deu", contou ela.

Fotos: Roberto Miranda e Cidcley Ferreira

Apesar dos laços familiares que formam o grupo, ela garante que qualquer um pode fazer parte do Mané do Rosário: "É só falar comigo".

É Dona Traíra que também faz as vestimentas. "Eu passo o dia todo sentada aqui", apontando para a máquina de costura. "Vou dormir 10, 11 da noite costurando. Quando tem uma viagem para nos apresentarmos, eu mesmo compro os panos, chapéus de palha, bambolês, enfeites e depois trabalho na costura", relata.

O Mané do Rosário é apreciado com orgulho pela população do Poxim. Uma das entusiastas é dona Cícera da Conceição. "Sempre quando tem apresentação, eu vou lá ver com a minha família. Acho muito bonito e divertido também. Meus netos gostam mais ainda, principalmente dos palhaços", destacou.

O Mané é composto por dois palhaços, pifeiros e as "bailarinas". Um dos palhaços é neto dela, Wellington José dos Santos, que tem 20 anos e começou a participar quando tinha apenas 10. "Me interessei em fazer parte ao ver minha mãe, vó e irmãos no grupo. Então comecei a frequentar e fazer o papel de palhaço", conta.

Ver toda a família envolvida, para Dona Traíra, é motivo de muita alegria. "Para mim é uma satisfação enorme a minha família manter essa tradição", diz.

LITERATURA

HISTÓRIA E FILOSOFIA | Ao concatenar ideias em um passeio pelos primórdios da filosofia, pensador detalha o método de 'pensar por figuras'

Francis Wolff desvela o que se pode depreender dos antigos pensadores

"Pode ser que somente se possa pensar dentro de formas herdadas. Mas isso não significa que devemos nos contentar em apenas aceitar a herança", provoca o filósofo Francis Wolff na abertura de seu Pensar com os antigos: uma riqueza de todo o sempre, lançamento da Editora Unesp. Nesta obra, ele propõe um método para escapar da dificuldade constante na expressão "história da filosofia", na qual se impõem dois caminhos: estudar um texto de forma historicizante, sem exigir dele o objetivo filosófico de uma verdade duradoura, ou a partir de seu âmbito filosófico e negligenciando a distância histórica. "Se pensarmos com a filosofia antiga, talvez seja possível filosofar hoje em dia. Tomar emprestado dos antigos é pegar deles o que continua sendo deles, portanto é tentar lê-los fielmente, adequando nosso olhar histórico sobre eles, mas é também tentar compreendê-los por completo, integrando seu pensamento ao nosso."

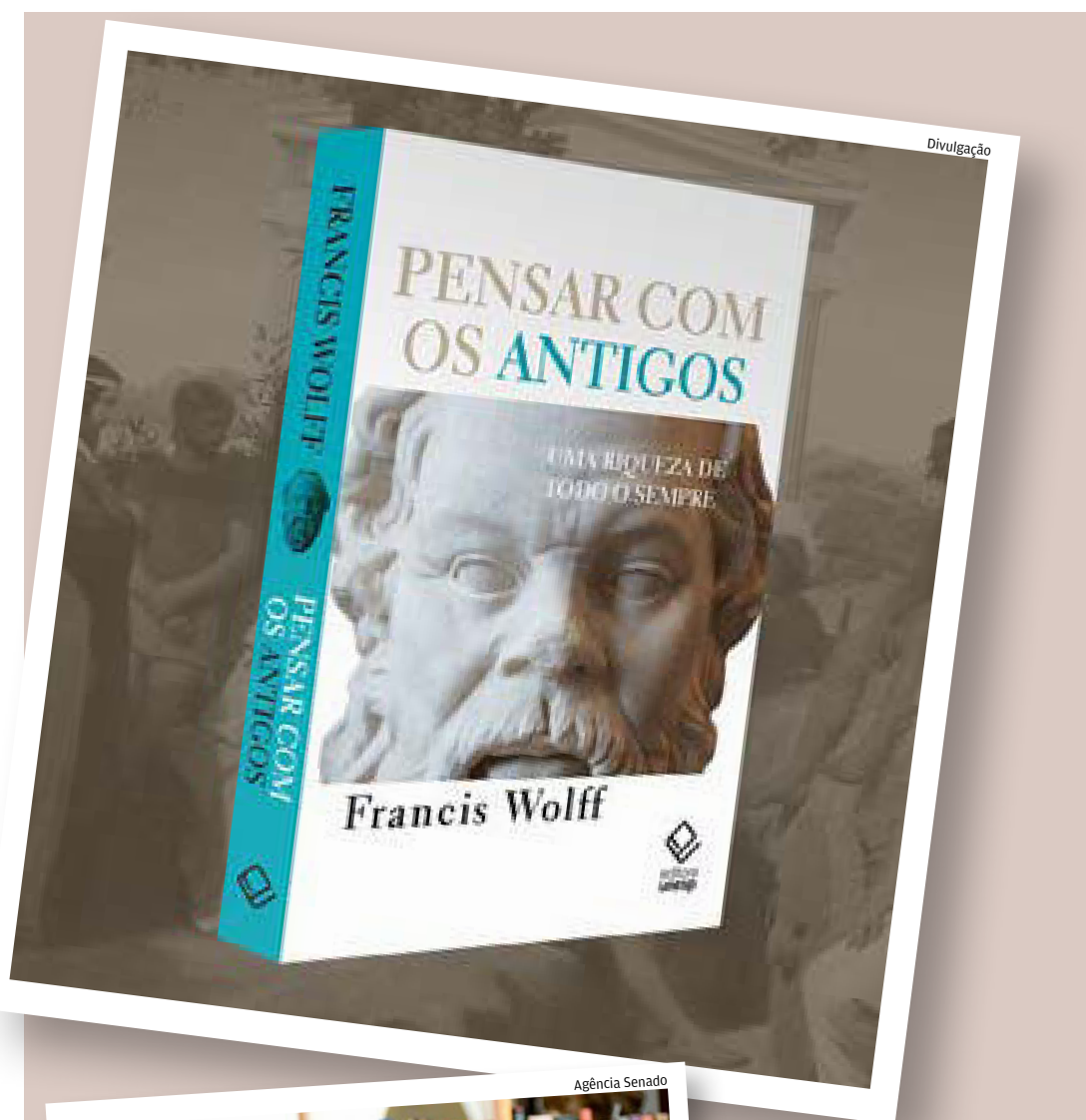
Fundação Editora da Unesp
Assessoria

Para Wolff, o método mais adequado é o de pensar por figuras. "Pelo conceito de 'figuras filosóficas emprestadas dos antigos', nossa pretensão era sair dessas alternativas e encontrar uma maneira de fazer filosofia sem abrir mão das exigências legítimas da história", anota. "Como se existissem figuras de pensamento que atravessassem a história. Elas parecem existir para nós em um espaço puramente lógico, mesmo que, notoriamente, apenas tenham sido possíveis por e na história; e podemos tomá-las por invariáveis, mesmo que sua forma de realização seja sempre historicamente variável." A partir disso, descreve, a ontologia se constitui e se perde ao se dividir entre dois caminhos, Demócrito ou Platão: uma via física ou uma via lógica.

Ao longo de nove capítulos, o autor tenta identificar algumas das encruzilhadas da história do pensamento grego e as configurações problemáticas correspondentes. Em cada configuração, distingue várias vias históricas que analisa concomitantemente como figuras filosóficas.

"Fazer figuras filosóficas (contemporâneas ou atemporais) de vias antigas é o que podemos chamar emprestá-las dos antigos", propõe Wolf. A concatenação dessas oposições é um dos mais radicais desafios da filosofia, e um dos méritos do passeio de Wolff pelos antigos é apresentar uma possível alternativa de superação.

Divulgação

Agência Senado

SOBRE O AUTOR

Francis Wolff nasceu na França em 1950. É filósofo e professor emérito da École Normal Supérieure de Paris. De 1980 a 1984, lecionou Filosofia Antiga na Universidade de São Paulo. Pela Editora Unesp, publicou Nossa humanidade (2013) e Três utopias contemporâneas (2018).

FICHA TÉCNICA:

PENSAR COM OS ANTIGOS: UMA RIQUEZA DE TODO O SEMPRE

Autores: Francis Wolff
Tradução: Mariana Echalar
Número de páginas: 324
Formato: 13,7 x 21 cm
Preço: R$ 82
ISBN: 978-65-5711-056-0

ÚLTIMAS

PODER DE COMPRA | Valor é R$ 22,00 maior que o aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentária e foi enviado ao Congresso Nacional

Economia: orçamento de 2022 prevê salário mínimo de R$ 1.169,00

A alta da inflação nos últimos meses fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da lei orçamentária de 2022, enviado, no dia de ontem, ao Congresso Nacional, prevê salário mínimo de R$ 1.169,00, R$ 22,00 mais alto que o valor de R$ 1.147,00 aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Wellton Máximo
Agência Brasil

A Constituição determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo. Tradicionalmente, a equipe econômica usa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano corrente para corrigir o salário mínimo do Orçamento seguinte.

Com a alta de itens básicos, como alimentos, combustíveis e energia, a previsão para o INPC em 2021 saltou de 4,3% para 6,2%. O valor do salário mínimo pode ficar ainda maior, caso a inflação supere a previsão até o fim do ano.

PIB

O projeto do Orçamento teve poucas alterações em relação às estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO. A projeção de crescimento do PIB passou de 2,5% para 2,51% em 2022. Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, foi mantida em 3,5% para o próximo ano.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa das altas recentes da Selic (juros básicos da economia), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2022 em 6,63% ao ano, contra projeção de 4,74% ao ano que constava na LDO. A previsão para o dólar médio foi mantida em R$ 5,15.

Salário mínimo deve ser reajustado, assim como a projeção do Produto Interno Bruto, da Selic e do IPCA

Despesas básicas das famílias sobem 33% em 12 meses

Camila Boehm
Agência Brasil

Levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que a média de preços das despesas básicas das famílias, com os principais alimentos, combustíveis e residência, aumentou 33% no país, nos últimos 12 meses.

A cesta de despesas básicas é composta por itens como arroz, feijão-carioca, carnes, frango inteiro, leite longa vida, óleo de soja, gás de botijão, energia elétrica residencial, gasolina, etanol, óleo diesel e gás veicular.

A FecomercioSP avalia que a inflação não concentrada e o fato de esses serem produtos essenciais para a alimentação tornam ainda mais difícil para os consumidores economizarem. De acordo com o levantamento, entre março de 2020 e julho de 2021 – período de pandemia –, o avanço médio dos preços no Brasil, para esta cesta específica, foi de 30,3%.

No mês de julho, a cesta de despesas básicas das famílias influenciou 18% no orçamento das residências, o que significa que a cada R$ 20 gastos com despesas básicas no mesmo período do ano passado, equivale agora a quase R$ 27.

Quando se observa a participação das despesas com esses itens em relação ao total, há variação conforme se consideram as faixas de renda. A lista de despesas básicas representa 31,1% do orçamento de quem recebe até dois salários mínimos; 20% do orçamento para quem ganha de dois a dez salários mínimos; e 11%, na classe mais alta, com rendimento de 25 salários mínimos.

Entre os estados, o Piauí tem a cesta mais cara, equivalendo, em média, a 32% do total das despesas das famílias, mas podendo chegar a 43,3% do orçamento de famílias de baixa renda.

Quando a região apresenta renda média mais alta, como são os casos de Distrito Federal, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, a participação das despesas básicas no orçamento da família fica no intervalo entre 14,3% e 19,5%. Na classe mais rica do Distrito Federal, por exemplo, com mais de 25 salários mínimos, o porcentual das despesas com os itens básicos de consumo equivale a 9,3% do rendimento do trabalhador.

MEC amplia prazo para matrícula da lista de espera do Fies

Andreia Verdélio
Agência Brasil

O Ministério da Educação (MEC) ampliou para 17 de setembro o prazo limite para o preenchimento das vagas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para o segundo semestre de 2021, por candidatos pré-selecionados na lista de espera do programa.

A relação dos candidatos pré-selecionados em chamada única foi divulgada em 4 de agosto na página do Fies e o prazo para a complementação das informações terminou em 6 de agosto. A seleção assegura apenas a expectativa de direito à vaga, já a contratação do financiamento está sujeita às demais regras e procedimentos de formalização do contrato.

Aqueles que não entraram na pré-seleção foram automaticamente incluídos em lista de espera, de acordo com a ordem de classificação. Considerando que não existe novo ranqueamento, após a publicação do resultado da chamada única, os participantes da lista de espera devem, obrigatoriamente, acompanhar sua eventual pré-seleção e complementar sua inscrição, na página do Fies, no prazo de três dias úteis. Caso contrário, a vaga passa para o próximo candidato da lista.